



MUNICÍPIO DE BELO HORIZONTE/MG
EDITAL SMFA Nº 05/2021

AUDITOR FISCAL DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Prova Objetiva de Múltipla Escolha II

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA ESCRITA

- **DURAÇÃO DA PROVA:**
 - Tempo máximo: **4 horas**, incluso tempo para preenchimento da folha de respostas.
 - Tempo mínimo de permanência na sala: **2 horas**.
 - Ao final da prova, os 2 (dois) últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato termine sua prova, devendo todos assinar ata de prova, atestando a idoneidade de sua fiscalização, e se retirando todos da sala ao mesmo tempo, sob pena de eliminação do certame.
- **CADERNO DE QUESTÕES:**
 - Este caderno é composto de **80 questões** objetivas de múltipla escolha.
 - Confira se o seu caderno possui todas as páginas e se os textos, gráficos e/ou imagens estão plenamente legíveis. Caso haja algum problema com seu caderno, comunique imediatamente ao fiscal da sala.
 - Utilize o Caderno de Questões como rascunho, transferindo as alternativas assinaladas para a Folha de Respostas.
 - O candidato poderá levar o caderno de questões após transcorridas 3 horas e 30 minutos do início da prova.
- **FOLHA DE RESPOSTAS:**
 - **Leia atentamente as instruções constantes em sua Folha de Respostas.**
 - Utilize somente caneta esferográfica azul ou preta para preencher sua Folha de Respostas.
 - **NÃO HAVERÁ TROCA DA FOLHA DE RESPOSTAS**, portanto, tenha muita atenção ao assinalar a alternativa escolhida. **Assinale apenas UMA alternativa para cada questão.**
 - Serão consideradas incorretas as questões com dupla marcação ou com rasuras.
 - O campo da alternativa escolhida deverá ser preenchido por inteiro, conforme instrução constante na própria Folha de Respostas.
 - Não esqueça de assinar a sua folha de respostas personalizada e devolvê-la ao fiscal.

Qualquer intercorrência, comunique ao fiscal responsável pela aplicação da prova.

Divulgação de Gabarito:

- Nos sites www.pbh.gov.br/dom e www.concursosrbo.com.br

Caso permaneça na sala de prova por menos de 3 horas e 30 minutos, destaque aqui e leve a parte inferior

(ATENÇÃO) Anotação das alternativas assinaladas pelo candidato para posterior conferência.

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
| 21 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 | 31 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
| 41 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 | 51 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 |
| 61 | 62 | 63 | 64 | 65 | 66 | 67 | 68 | 69 | 70 | 71 | 72 | 73 | 74 | 75 | 76 | 77 | 78 | 79 | 80 |

DIREITOS ADMINISTRATIVO E PENAL / ÉTICA

1. Considerando a Lei nº 7.169/1996, que institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Quadro Geral de Pessoal do Município de Belo Horizonte, vinculados à administração direta, assinale a alternativa correta.

- (A) Os cargos públicos e as funções públicas são criados por lei, em número certo, com denominação própria, jornada de trabalho específica e remuneração pelos cofres públicos municipais.
- (B) O provimento dos cargos públicos municipais se dará mediante ato do Prefeito Municipal, ocorrendo a investidura com a nomeação, reversão, reintegração, recondução ou aproveitamento.
- (C) Posse é a aceitação formal, pelo servidor, das atribuições, dos deveres, das responsabilidades e dos direitos inerentes ao cargo público ou à função pública, concretizada com a assinatura do respectivo termo pela autoridade competente e pelo empossado, sendo imprescindível a presença do empossado, de modo que não pode se dar por procuração específica.
- (D) Exercício é o efetivo desempenho, pelo servidor, das atribuições do cargo público ou de função pública, inexistindo prazo legal para a entrada em exercício pelo servidor, a contar da data da posse.
- (E) Reversão é o retorno à atividade do servidor aposentado por invalidez quando, por junta médica do órgão municipal competente, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria e atestada sua capacidade para o exercício das atribuições do cargo, podendo ocorrer tão somente a pedido do servidor.

2. A respeito da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992), assim como os precedentes e jurisprudência consolidada sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato doloso ou culposo, qualquer tipo de vantagem patrimonial indevida em razão do exercício de cargo, mandato, função, emprego.
- (B) Ato de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da Administração Pública prescindem da comprovação do dolo para sua caracterização.
- (C) Ato de improbidade administrativa que causam lesão ao erário decorrem de qualquer ação dolosa que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação de bens ou haveres das entidades, não podendo decorrer de omissão dolosa.
- (D) Nas ações de improbidade administrativa, a competência da Justiça Federal é definida em razão da presença das pessoas jurídicas de direito público previstas no art. 109, I, da Constituição Federal na relação processual, e não em razão da natureza da verba federal sujeita à fiscalização da Tribunal de Contas da União.
- (E) A ação de improbidade administrativa poderá ser proposta pelo Ministério Público, sendo vedada a celebração de acordo de não persecução civil.

3. A respeito dos processos administrativos, considerando sobretudo a Lei nº 9.784/99 e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Desde que devidamente motivada e com amparo em investigação ou sindicância, é permitida a instauração de processo administrativo disciplinar com base em denúncia anônima, em face do poder-dever de autotutela imposto à Administração.
- (B) Podem ser objeto de delegação de competência a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recursos administrativos, assim como as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- (C) Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir.
- (D) A competência é irrenunciável e se exerce pelos órgãos administrativos a que foi atribuída como própria, salvo os casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- (E) A portaria de instauração do processo administrativo disciplinar prescinde da exposição detalhada dos fatos a serem apurados.

4. A respeito dos serviços públicos, principalmente considerando as formas e meios de prestação do serviço, tais como mediante delegação à iniciativa privada por meio de parcerias público-privadas (Lei nº 11.079/2004) e concessão comum (Lei nº 8.987/95), assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Parceria público-privada, na modalidade concessão administrativa, é o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens.
- (B) É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada cujo valor do contrato seja inferior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou cujo período de prestação do serviço seja inferior a 5 (cinco) anos ou superior a 35 (trinta e cinco) anos.
- (C) A permissão de serviço público consiste na delegação, a título precário, mediante licitação, da prestação de serviços públicos, feito pelo poder concedente à pessoa física ou jurídica que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco.
- (D) A declaração da caducidade da concessão deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito de ampla defesa, devendo ser declarada por decreto do poder concedente, independentemente de indenização prévia.
- (E) A concessão de serviço público consiste na delegação de sua prestação, feita pelo poder concedente, mediante licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, a pessoa física, jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para seu desempenho, por sua conta e risco e por prazo indeterminado.

5. A intervenção do Estado no conteúdo dos direitos individuais somente se justifica ante a finalidade que deve sempre nortear a ação dos administradores públicos, qual seja, o interesse da coletividade. Sobre o Poder de Polícia, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) A Constituição Federal autoriza a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a instituírem taxas em razão do exercício do poder de polícia.
- (B) No exercício da atividade de polícia, a Administração pode editar atos normativos como, por exemplo, portarias.
- (C) No exercício da atividade de polícia, a Administração pode editar atos normativos como, por exemplo, as licenças.
- (D) No exercício da atividade de polícia, a Administração pode criar atos concretos, estes preordenados a determinados indivíduos plenamente identificados como, por exemplo, a multa.
- (E) No exercício da atividade de polícia, a Administração pode criar atos concretos, estes preordenados a determinados indivíduos plenamente identificados como, por exemplo, as licenças.

6. No que se refere aos crimes contra a administração pública, assinale a alternativa correta.

- (A) No crime de peculato culposo, a reparação do dano antecede da sentença penal irrecorrível, extingue a punibilidade.
- (B) O objeto jurídico do crime de peculato é o funcionário público.
- (C) O crime de peculato é um crime comum, ou seja, pode ser praticado por qualquer pessoa.
- (D) Para fins penais, funcionário público é todo aquele que assume cargo ou função pública por meio de concurso público.
- (E) Configura o crime de concussão a conduta do funcionário público que se apropria de valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou o desvia, em proveito próprio ou alheio.

7. Pierre foi aprovado em concurso público para o cargo de auditor fiscal, e estava aguardando ansiosamente ser chamado para tomar posse e assumir um dos departamentos. Em razão disso, Pierre estabeleceu contato com diversos empresários da região e solicitou, para si, vantagens indevidas, para que, quando tomasse posse do cargo público, deixasse de fiscalizar tais empresas, resultando, assim, em danos ao erário público.

Sobre a situação hipotética acima, assinale a alternativa correta.

- (A) Pierre não cometeu crime, pois ao tempo da ação era apenas candidato ao cargo público.
- (B) A conduta de Pierre se enquadra no crime de concussão.
- (C) A conduta de Pierre é apenas um ilícito administrativo, geradora de desclassificação do certame, sem repercussão jurídico-penal.
- (D) Mesmo não tendo assumido cargo público, o fato de Pierre ter solicitado, diretamente para si, vantagem indevida, é o bastante para que sua conduta se enquadre no crime de corrupção passiva.
- (E) A conduta de Pierre é atípica, uma vez que ele não recebeu a vantagem indevida solicitada.

8. Silveira, experiente auditor fiscal, responsável por fiscalizar a regularidade tributária de empresas dos setores de prestação de serviço, em razão de sua função, resolve satisfazer interesse pessoal, deixando indevidamente de praticar atos de ofício.

Diante da situação hipotética acima, é correto afirmar que

- (A) a conduta do servidor se enquadra no crime de corrupção passiva.
- (B) a conduta do servidor se enquadra no crime de corrupção ativa.
- (C) a conduta do servidor se enquadra no crime de concussão.
- (D) a conduta do servidor se enquadra no crime de condescendência criminosa.
- (E) a conduta do servidor se enquadra no crime de prevaricação.

9. Nossu, servidor público ocupante de cargo de chefia em determinada repartição fiscal, toma conhecimento de que seu subordinado e amigo Falcão cometeu infração no exercício do cargo. Em razão do grau de amizade, por indulgência, Nossu, que era a autoridade competente para responsabilizar o funcionário e amigo, deixou de fazê-lo, sob o argumento de que resolveu o problema por meio de um bate-papo com Falcão, o qual se conscientizou e assegurou que o episódio não viria mais a se repetir.

Diante da situação hipotética acima, é correto afirmar que

- (A) em razão da relação jurídica de subordinação, Nossu e o subordinado Falcão devem responder pelo mesmo crime, em curso de agentes.
- (B) a conduta de Nossu se enquadra no crime de corrupção passiva.
- (C) a conduta de Nossu se enquadra no crime de condescendência criminosa.
- (D) a conduta de Nossu se enquadra no crime de corrupção ativa.
- (E) a conduta de Nossu é atípica, pois resolveu a controvérsia por meio de conversa com o subordinado Falcão.

10. Acerca dos crimes contra a ordem tributária, tipificados na Lei nº 8.137/90, analise as assertivas abaixo.

- I. Configura crime contra a ordem tributária deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal relativa à venda de mercadoria efetivamente realizada.
- II. Configura crime contra a ordem tributária a declaração falsa perante a autoridade fazendária, não incorrendo em crime dessa natureza quem omite informação.
- III. Não se considera crime funcional contra a ordem tributária a conduta de funcionário público que patrocina indiretamente interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

11. Assinale a alternativa correta considerando a ética na atuação do servidor público de acordo com a Lei Municipal nº 14.635/2011.

- (A) Considerando o princípio da legalidade e os padrões éticos de conduta, o servidor público não pode, em qualquer hipótese, praticar atos administrativos baseados em critérios de oportunidade e conveniência.
- (B) O servidor público deve obedecer aos seus superiores hierárquicos no caso de determinações que envolvam a prática de ações imorais, ilegais ou antiéticas, mantendo a prerrogativa de denunciá-las às autoridades competentes.
- (C) O servidor público deve manter neutralidade no exercício profissional, conservando sua independência em relação às influências político-partidária, religiosa ou ideológica, de modo a evitar que essas venham a afetar a sua capacidade de desempenhar com imparcialidade suas responsabilidades profissionais.
- (D) O servidor público pode ocupar postos ou funções não remuneradas em organizações sociais, entidades classistas e ou políticas, independentemente de gerarem conflitos de interesses em relação aos objetivos, responsabilidades e ao papel exigido para o exercício do cargo que ele ocupa da Administração Pública.
- (E) O servidor público, no desempenho de suas funções, pode receber até cinco gratificações ou cortesias de baixo valor patrimonial de particulares, durante um exercício, desde que reporte o recebimento ao Conselho de Ética Pública.

12. As regras do Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração Municipal de Belo Horizonte (Lei Municipal nº 14.635/2011) aplicam-se

- (A) aos agentes públicos da Administração Pública Direta, das autarquias municipais e das empresas públicas municipais, mas não aos empregados das sociedades de economia mista do Município.
- (B) aos agentes públicos da Administração Pública Direta e Indireta do Município, assim considerados exclusivamente os agentes que exercem, em caráter permanente, com ou sem remuneração, mandato, cargo, emprego ou função na Administração Pública municipal.
- (C) a todos os órgãos e entidades do terceiro setor, da Administração Pública Direta e da Administração Pública Indireta do Município.
- (D) aos órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município, incluindo os membros dirigentes das organizações sociais qualificadas pelo Poder Executivo Municipal.
- (E) aos agentes da Administração Pública Direta e aos agentes das empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações integrantes da Administração Pública Municipal.

13. Aurélio, Secretário Municipal de Saúde de Belo Horizonte, doou um de seus dois apartamentos para seu pai, Arturo, que já se encontrava em idade avançada e tinha dificuldades para subir as escadas de sua antiga casa. Aurélio realizou a doação para que Arturo pudesse viver junto com sua mulher, Josefina, madrasta de Aurélio, e com Raul, irmão menor de idade de Aurélio.

A partir da situação apresentada acima, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei Municipal nº 14.635/2011.

- (A) A doação tem natureza de transferência não onerosa de propriedade. Por isso, Aurélio não precisa comunicar a doação do apartamento ao Conselho de Ética Pública do Município.
- (B) Como a doação foi realizada para seu ascendente, Aurélio deveria ter obtido anuência do Conselho de Ética do Município previamente ao registro da transferência do apartamento.
- (C) A doação realizada por Aurélio deve ser imediatamente comunicada ao Conselho de Ética Pública do Município por configurar ato de gestão patrimonial.
- (D) Caso a doação tivesse sido realizada para Raul, não haveria necessidade de notificação ao Conselho de Ética Pública do Município.
- (E) Aurélio deve apresentar a escritura do imóvel formalizando a doação à Comissão de Ética Pública no prazo de trinta dias após a averbação.

14. Josué é Diretor-Presidente de uma importante empresa pública do Município de Belo Horizonte e possui apenas um imóvel de sua propriedade, localizado no interior da Bahia. Por isso, desde que assumiu o cargo na empresa pública, Josué tem se hospedado no Hotel BH-123, localizado no Centro de Belo Horizonte. O dono do Hotel BH-123 é Alfredo, que tem uma série de pendências perante a vigilância sanitária do Município. Por serem amigos de infância, Alfredo mantém o favor a Josué, praticado desde antes da nomeação de Josué para o cargo na empresa pública, de não lhe cobrar o valor da hospedagem no Hotel.

A partir da situação apresentada acima, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei Municipal nº 14.635/2011.

- (A) Alfredo é autoridade pública da Alta Administração Municipal, e, por isso, não deve receber hospedagem ou quaisquer favores de particulares em desacordo com as normas do Código de Ética Pública do Município.
- (B) Josué não poderia receber hospedagem gratuita, a título de favor, sem prévia comunicação ao Conselho de Ética Pública do Município.
- (C) Como Alfredo já praticava o favor de oferecer hospedagem gratuita a Josué desde antes da nomeação de Alfredo, Alfredo pode receber a hospedagem sem que esse fato configure violação às normas do Código de Ética Pública do Município.
- (D) Para regularizar a situação, Josué tem o dever de comunicar, à Comissão de Ética Pública da empresa pública da qual Alfredo é Diretor-Presidente, a oferta gratuita da hospedagem.
- (E) Alfredo e Josué podem ser penalizados pelo Conselho de Ética Pública do Município, com uma advertência, por não terem comunicado a oferta e o recebimento gratuito de hospedagem.

15. Assinale a alternativa em conformidade com a Lei Municipal nº 14.635/2011.

- (A) É vedado às autoridades públicas integrantes da Alta Administração Pública ocupar cargos remunerados em entidades classistas que podem gerar situações de conflitos de interesse, vedação esta que não se estende aos demais agentes públicos.
- (B) É dever dos agentes públicos municipais abster-se de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.
- (C) A prática de ato administrativo discricionário por agente público municipal viola os princípios da imparcialidade e da isonomia no exercício da função administrativa.
- (D) Os agentes públicos estão autorizados a fazer uso pessoal de bens móveis exclusivos da Administração Pública que sejam de baixo valor patrimonial.
- (E) Apenas as autoridades públicas podem apresentar denúncias sobre eventual infração ética praticada por outras autoridades ao Conselho de Ética Pública do Município.

DIREITO TRIBUTÁRIO

16. No tocante ao tributo e ao crédito tributário, analise as assertivas abaixo, considerando V para verdadeiro e F para falso. Em seguida, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.

- () Os tributos, assim como as multas de natureza tributária, são receitas auferidas pelo Estado, que podem ser classificadas como originárias.
- () Aos tributos é aplicado o princípio do *pecunia non olet* ou interpretação objetiva do fato gerador. Assim sendo, a incidência da lei tributária e seus efeitos não é prejudicada pela origem do fato gerador (causa remota), que pode residir em ato ilícito, bastando para tanto a ocorrência do fato jurídico previsto na norma tributária (causa próxima).
- () A constituição do crédito tributário pode se dar por atividade judicial, nos casos de decisão condenatória da Justiça do Trabalho.
- () A atividade administrativa de cobrança do crédito tributário é plenamente vinculada e adstrita à lei. No entanto, admite-se certa discricionariedade diante do princípio da supremacia do interesse público.

- (A) V / V / F / F
- (B) V / F / F / V
- (C) F / V / V / F
- (D) F / F / V / V
- (E) F / V / F / V

17. O legislador constituinte selecionou quanto aos impostos os fatos relevantes a darem nascimento à obrigação tributária, os nominou e os distribuiu expressamente entre as pessoas políticas para que os pudessem instituir. São impostos de competência municipal:

- (A) ISSQN, IPI, IPTU.
- (B) ITR, IPTU, ITBI.
- (C) IPTU, ITBI, ISSQN.
- (D) IPI, IPVA, ITCMD.
- (E) ITCMD, ITR, ITBI.

18. As situações hipotéticas abaixo versam sobre a matéria "competência tributária". Analise-as e assinale a alternativa correta.

- (A) O Estado-membro X realizou obra pública que causou valorização imobiliária nos imóveis da região Y de determinado Município. Neste caso, o Município poderá instituir contribuição de melhoria a ser cobrada dos contribuintes desta região, devido à valorização ocasionada em seus respectivos imóveis.
- (B) O Município Z, com órgão administrativo em funcionamento, realiza a cobrança, anualmente, de taxa de renovação de licença para localização e funcionamento de estabelecimentos comerciais localizados em seu espaço territorial. Determinado contribuinte impugnou o lançamento da taxa em voga, alegando que não houve efetiva fiscalização em seu estabelecimento naquele ano. O entendimento do contribuinte está equivocado, tendo em vista que a existência do órgão administrativo constitui um dos elementos para se inferir o efetivo exercício do poder de polícia.
- (C) O Município X optou por fiscalizar e cobrar o Imposto Territorial Rural (ITR), na forma da lei, sem que houvesse redução ou qualquer outra forma de renúncia fiscal. Com isto, passou a ser o destinatário da totalidade da arrecadação do ITR dos imóveis situados em seu território. Assim sendo, houve a delegação da capacidade tributária ativa ao Município, porém, a competência tributária permaneceu com o respectivo ente político detentor da competência tributária para a instituição do ITR: o Estado-membro.
- (D) O Distrito Federal instituiu empréstimo compulsório, por meio de lei complementar, com o intuito de atender despesas extraordinárias decorrentes de enchentes ocasionadas por chuvas intensas e frequentes que o assolaram. Não há qualquer inconstitucionalidade em tal instituição, visto que a Constituição Federal outorga competência ao Distrito Federal para instituí-lo, de forma expressa, em caso de calamidade pública decretada.
- (E) O Município Y instituiu, por lei complementar, contribuição social residual da seguridade social. Neste caso, não houve qualquer inconstitucionalidade na instituição deste tributo, visto que o Município é o ente político detentor da competência tributária.

19. O Código Tributário Nacional apresenta entidades ou pessoas que são obrigadas a prestar à autoridade administrativa todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros, mediante intimação escrita. No entanto, há exceções decorrentes do dever de sigilo profissional. Entre estas pessoas encontram-se:

- (A) os escrivães.
- (B) os inventariantes.
- (C) os advogados.
- (D) os síndicos.
- (E) os leiloeiros.

20. Com relação à vigência da legislação tributária, é correto afirmar que

- (A) o Código Tributário Nacional dispõe que a legislação tributária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios vigora, no País, fora dos respectivos territórios, nos limites em que lhe reconheçam extraterritorialidade os convênios de que participem, ou do que disponham esta ou outras leis de normas gerais expedidas pela União. Assim sendo, a regra geral é a da territorialidade sendo duas as hipóteses de extraterritorialidade.
- (B) a lei tributária vigente sempre será eficaz.
- (C) conforme o Código Tributário Nacional, salvo disposição em contrário, os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas entram em vigor 30 (trinta) dias após a data da sua publicação.
- (D) segundo o Código Tributário Nacional, salvo disposição em contrário, as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa a que a lei atribua eficácia normativa entram em vigor na data da sua publicação.
- (E) de acordo com o Código Tributário Nacional, a vigência, no espaço e no tempo, da legislação tributária rege-se exclusivamente pelas disposições previstas em seu texto.

21. Acerca das Imunidades Tributárias, analise as proposições abaixo.

- I. As imunidades tributárias diferenciam-se das isenções tributárias em diversos aspectos. Entre estes temos que as primeiras têm sede constitucional enquanto as segundas comportam *status* infraconstitucional.
- II. A imunidade tributária recíproca veda a instituição de impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços, entre os entes políticos. Tal vedação é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes, mesmo àqueles relacionados com a exploração de atividades econômicas.
- III. A imunidade tributária dos templos de qualquer culto visa assegurar a liberdade de crença e o livre exercício de cultos religiosos. No entanto, os prédios anexos aos templos não são acobertados pelo manto desta imunidade, mesmo que sirvam à finalidade religiosa.
- IV. A Constituição Federal traz em seu texto alguns casos de imunidades relativas às taxas. Entre estas temos a imunidade referente à expedição do registro civil de nascimento e da certidão de óbito aos reconhecidamente pobres, na forma da lei.

Está correto o que se afirma apenas em:

- (A) I.
- (B) III e IV.
- (C) I, II e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e IV.

22. No que pertine ao domicílio tributário dos contribuintes, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O Código Tributário Nacional dispõe sobre regras supletivas para a determinação do domicílio das pessoas físicas e jurídicas, visto que estas poderão elegê-lo. Neste caso, a autoridade administrativa não poderá recusar o domicílio eleito.
- (B) Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal quanto às pessoas naturais, a sua residência habitual, ou, sendo esta incerta ou desconhecida, o centro habitual de sua atividade.
- (C) Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal quanto às pessoas jurídicas de direito privado ou às firmas individuais, o lugar da sua sede, ou, em relação aos atos ou fatos que derem origem à obrigação, o de cada estabelecimento.
- (D) Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, na forma da legislação aplicável, considera-se como tal quanto às pessoas jurídicas de direito público, qualquer de suas repartições no território da entidade tributante.
- (E) Quando não couber a aplicação das regras fixadas no Código Tributário Nacional, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

23. O Código Tributário Nacional preceitua que

- (A) a certidão negativa será sempre expedida nos termos em que tenha sido requerida e será fornecida dentro de 15 (quinze) dias da data da entrada do requerimento na repartição.
- (B) em nenhuma hipótese será dispensada a prova de quitação de tributos, ou o seu suprimento.
- (C) a dívida regularmente inscrita goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída. Tal presunção é absoluta.
- (D) a certidão negativa expedida com dolo ou fraude, que contenha erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza pessoalmente o funcionário que a expedir, pelo crédito tributário e juros de mora acrescidos. Esta responsabilidade pessoal não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.
- (E) o termo de inscrição da dívida ativa, autenticado pela autoridade competente, indicará obrigatoriamente: o nome do devedor e, sendo caso, o dos corresponsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros; a quantia devida e a maneira de calcular os juros de mora acrescidos; a origem e natureza do crédito, mencionada especificamente a disposição da lei em que seja fundado; a data em que foi inscrita; sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito. Não é necessária a indicação do livro e da folha da inscrição.

24. Considerando o disposto no Código Tributário Nacional acerca de suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, assinale a alternativa correta.
- (A) Determinado Município editou a Lei nº 1234 para beneficiar os proprietários de imóveis afetados por inundações decorrentes de chuvas intensas. Neste sentido, a referida lei estendeu o prazo para o pagamento do IPTU por um período de 2 (dois) anos. Tal benefício é denominado isenção, hipótese de exclusão do crédito tributário.
 - (B) Beltrano recebeu uma notificação de lançamento tributário e para questioná-la judicialmente foi orientado a proceder ao depósito do respectivo montante de forma integral e em dinheiro. Neste caso, Beltrano estará dispensado do cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal, cujo crédito seja suspenso, ou dela consequente.
 - (C) A autoridade administrativa concedeu em meados de janeiro de 2020, por despacho fundamentado e mediante lei autorizativa, a remissão total de determinados créditos tributários diante de sua diminuta importância. Esta é uma das modalidades de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
 - (D) Tício apresentou reclamação administrativa, impugnando determinada exigência fiscal. Esta apresentação configura causa de suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
 - (E) Mévio adquiriu em 2020 certo imóvel localizado na zona rural do Município X. No entanto, em meados de fevereiro de 2021 recebeu em sua residência o lançamento de dois impostos que incidem sobre a propriedade imobiliária: o Imposto Territorial Rural (ITR) e o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Diante destas exigências consignou judicialmente a importância do crédito tributário, revelando modalidade de exclusão do crédito tributário.
25. Dentre as limitações ao poder de tributar, encontra-se a previsão do artigo 150, III, c, da Constituição Federal, que estabelece o princípio da anterioridade nonagesimal. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- (A) O princípio da anterioridade nonagesimal confunde-se com o princípio da anualidade, pois impede a cobrança do tributo no mesmo ano que foi instituído.
 - (B) Através da Emenda Constitucional nº 42 de 2003, foi incluído na Constituição Federal de 1988 o princípio da anterioridade nonagesimal que estabelece que é vedada a cobrança de tributos antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou.
 - (C) É possível conceituar o princípio da anterioridade nonagesimal como a vedação de cobrança de tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado.
 - (D) Através do princípio da anterioridade nonagesimal foi instituída a vedação à exigência de tributos sem lei que o estabeleça.
 - (E) O princípio da anterioridade nonagesimal prevê vedação de instituição de tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação ao Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento socioeconômico entre as diferentes regiões do País.
26. A Emenda Constitucional nº 108/2020 alterou a previsão de repartição de receita tributária do Imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (ICMS). Acerca da repartição da receita do ICMS, assinale a alternativa correta.
- (A) As parcelas de receita pertencentes aos Municípios serão creditadas em 65% (sessenta e cinco por cento), no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios.
 - (B) O produto da arrecadação do ICMS incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem, pertence aos Municípios.
 - (C) Pertencem aos Municípios 50% do produto da arrecadação do ICMS, relativamente às mercadorias neles situados, cabendo a totalidade no caso de fiscalização e arrecadação realizada pelo ente municipal.
 - (D) O ICMS observará a repartição de 50%, de acordo com o que dispuser lei federal, observada, obrigatoriamente, a distribuição de, no mínimo, 20% com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem e de aumento da equidade.
 - (E) O Estado entregará 20% da receita do ICMS ao Fundo de Participação dos Municípios.
27. O Código Tributário Nacional dispõe sobre a responsabilidade tributária por sucessão. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.
- (A) Mesmo havendo prova de quitação, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes.
 - (B) O espólio é pessoalmente responsável pelos tributos devidos pelo *de cuius* até a data da abertura da sucessão.
 - (C) A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão é responsável pelos tributos devidos até à data do ato pela pessoa jurídica fusionada, não havendo responsabilidade no caso de incorporação em relação à pessoa jurídica incorporada.
 - (D) Em processo da falência, o produto da alienação judicial de empresa, filial ou unidade produtiva isolada permanecerá em conta de depósito à disposição do juízo de falência pelo prazo de 1 (um) mês, contado da data da oferta.
 - (E) Se a pessoa jurídica adquirir estabelecimento comercial e continuar com a respectiva exploração sobre a mesma razão social, responderá pelos tributos do estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, subsidiariamente, se o alienante cessar a exploração da atividade.
28. No que se referem à extinção, exclusão e suspensão do crédito tributário, assinale a alternativa que apresente uma hipótese de suspensão.
- (A) Pagamento antecipado e homologação do lançamento.
 - (B) Consignação em pagamento.
 - (C) Decisão administrativa irreformável.
 - (D) Depósito do seu montante integral.
 - (E) Isenção.

29. A Igreja "Caminhar na Luz" é imune ao pagamento de impostos relativos ao patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com as finalidades essenciais. No entanto, a igreja não realiza a obrigação de manutenção dos livros fiscais, prevista na legislação tributária. Acerca do assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) A obrigação de manutenção dos livros fiscais é obrigação principal, pois é definida em lei como necessária e suficiente à ocorrência do fato gerador.
- (B) A ocorrência do fato gerador da obrigação ocorre, tratando-se de situação de fato, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.
- (C) A obrigação acessória surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.
- (D) O fato de a pessoa jurídica gozar da imunidade tributária não afasta a exigibilidade de manutenção dos livros fiscais.
- (E) A autoridade administrativa não poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária.

30. A instituição de sanções políticas do Direito Tributário é vedada, ou seja, não é possível a imposição de restrições e tributos por meios indiretos que impeçam ou inviabilizem a atividade do contribuinte. Sobre o assunto, assinale a alternativa que apresente o entendimento dos Tribunais Superiores.

- (A) É admissível a interdição de estabelecimento como meio coercitivo para cobrança de tributo.
- (B) É admissível a apreensão de mercadorias como meio coercitivo para pagamento de tributos.
- (C) É admissível o protesto de Certidão da Dívida Ativa com a finalidade de provar a inadimplência e o descumprimento de obrigação constante de título de crédito ou de outros documentos de dívida.
- (D) É admissível proibir que o contribuinte em débito adquira estampilhas, despache mercadorias nas alfândegas e exerça suas atividades profissionais.
- (E) É admissível condicionar a renovação da licença de veículo ao pagamento de multa, da qual o infrator não foi notificado.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

31. No que se refere às disposições da Lei Municipal nº 5.641/1989 acerca do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), assinale a alternativa correta.

- (A) A base de cálculo do imposto é o valor declarado pelo contribuinte.
- (B) Considera-se ocorrido o fato gerador do IPTU no primeiro dia útil de cada exercício financeiro.
- (C) Para a incidência do IPTU é necessário o cumprimento das exigências legais, regulamentares ou administrativas que o regulamentam.
- (D) Os proprietários do imóvel, os titulares do domínio útil e os possuidores são solidariamente responsáveis pelo pagamento do imposto e pelo cumprimento das obrigações tributárias acessórias.
- (E) Serão inscritos no Cadastro Imobiliário os imóveis situados na zona urbana do Município, salvo se forem beneficiados com isenções ou imunidades relativamente ao imposto.

32. O Município de Belo Horizonte disciplinou as taxas através da Lei nº 5.641/1989. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) A utilização efetiva de serviços públicos ocorre quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.
- (B) Para a incidência das taxas, é necessário que os serviços públicos sejam prestados diretamente pelo Poder Público.
- (C) O lançamento e o pagamento das taxas importam no reconhecimento da regularidade da atividade exercida.
- (D) As taxas de competência do Município decorrem do exercício regular do poder de polícia do Município ou da utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição.
- (E) As alíquotas para o pagamento da Taxa de Fiscalização e Funcionamento dos profissionais autônomos poderá ser reduzida em 1/3.

33. Acerca do disposto na Lei Municipal nº 5.641/1989, analise as assertivas abaixo considerando V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a correta sequência.

- () Para efeito de incidência das taxas consideram-se como estabelecimentos distintos os que, embora no mesmo local e com idêntico ramo de atividade ou não, pertençam a diferentes pessoas físicas ou jurídicas; e, os que, embora com idêntico ramo de atividade e pertencentes à mesma pessoa física ou jurídica, estejam situados em prédios distintos ou em locais diversos, ainda que no mesmo imóvel.
- () O lançamento e o pagamento das taxas importam no reconhecimento da regularidade da atividade exercida.
- () Integra o sistema tributário municipal a taxa de limpeza pública.
- () A Taxa de Fiscalização de Engenhos de Publicidade (TFEP) incide sobre o engenho exposto na paisagem urbana e visível de qualquer ponto do espaço público.
- () Ficam obrigados, solidariamente, ao pagamento da Taxa de Fiscalização de Engenhos de Publicidade (TFEP), na forma e nos prazos regulamentares, dentre outros, o condomínio e a empresa administradora do condomínio, em caso de engenho instalado em edifício condominial.

- (A) F / V / V / F / F
- (B) V / F / F / V / V
- (C) F / F / V / F / V
- (D) V / V / F / V / F
- (E) F / V / V / V / V

34. Considerando as disposições da Lei Municipal de Belo Horizonte, nº 8.725/2003, sobre o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), assinale a alternativa correta.

- (A) Não é possível sua incidência sobre o serviço proveniente do exterior do País, tendo em vista o princípio da soberania.
- (B) Incide sobre o serviço prestado mediante a utilização de bens e serviços públicos explorados economicamente, por intermédio de autorização, permissão ou concessão, com pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final do serviço.
- (C) A existência de estabelecimento fixo é um requisito para a sua incidência.
- (D) Incidirá na prestação de serviço em relação de emprego, de trabalhador avulso, de diretor e membro de conselho consultivo ou de conselho fiscal de sociedade e fundação.
- (E) Caso haja descumprimento de exigência legal, regulamentar ou administrativa, relativa ao exercício da atividade, não é cabível sua incidência, tendo em vista que já há previsão de sanção pelo descumprimento dessas normas.

35. A Lei Municipal nº 7.378/1997 estabelece penalidades aplicáveis por infração à legislação tributária municipal em Belo Horizonte. No que se refere às disposições legais acerca das penalidades, analise as assertivas abaixo.

- I. A imposição de penalidades exclui a incidência de multa moratória, juros e atualização monetária.
- II. No mesmo período de ocorrência da infração, apurado o descumprimento de 2 (duas) ou mais obrigações acessórias pelo mesmo sujeito passivo e havendo conexão entre as respectivas infrações, será aplicada somente a multa de menor valor entre aquelas cominadas na autuação, acrescida de 2/3.
- III. Constitui omissão de receita, dentre outras hipóteses, a efetivação de pagamento sem a correspondente disponibilidade financeira.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

36. Ainda considerando o disposto na Lei nº 7.378/1997, analise as seguintes proposições.

- I. Os infratores sujeitam-se às multas, porém, poderão transacionar com os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Município, nos termos da lei.
- II. As multas serão calculadas tomando-se como base, dentre outros, o valor venal do imóvel.
- III. As multas em nenhuma hipótese serão aplicadas cumulativamente.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

37. O Domicílio Eletrônico dos Contribuintes e Responsáveis Tributários do Município de Belo Horizonte (Decort-BH) foi instituído pelo Decreto Municipal nº 16.841/2018. Sobre o assunto, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O Decort-BH destina-se à comunicação, por meio eletrônico, da Secretaria Municipal de Fazenda (SMFA) com pessoas naturais e jurídicas, contribuintes ou não dos tributos municipais, sujeitas às obrigações tributárias instituídas no Município, mesmo as que gozem de isenção ou imunidade.
- (B) São passíveis de comunicação eletrônica pelo Decort-BH todos os atos, procedimentos ou serviços no âmbito da Secretaria Municipal de Fazenda (SMFA).
- (C) O e-mail e o número de celular cadastrado na base de dados do Decort-BH substituem a ciência ao teor da mensagem eletrônica enviada por meio do Decort-BH.
- (D) Caso o acesso pelo usuário ou o vencimento do prazo presumido ocorram em dia em que não haja expediente das repartições públicas do Município, o usuário será considerado notificado no primeiro dia útil subsequente.
- (E) No caso de indisponibilidade ou inoperância do Decort-BH, que comprometa a intimação ou notificação de lançamentos ou outros atos administrativos em que haja prazo peremptório para sua execução, poderão ser utilizadas outras formas de comunicação.

38. Ainda acerca do Domicílio Eletrônico dos Contribuintes e Responsáveis Tributários do Município de Belo Horizonte, analise as proposições abaixo.

- I. A comunicação eletrônica por meio do Decort-BH considerar-se-á realizada: de forma expressa, no dia do acesso ao teor da mensagem, caso este acesso tenha sido feito em dia útil; ou, presumidamente, após quinze dias corridos, contados do primeiro dia útil subsequente à data de publicação da mensagem na Caixa Postal Eletrônica – CPE – pela administração tributária do Município, caso o usuário não acesse o seu teor.
- II. O credenciamento de pessoa natural ou jurídica no Decort-BH poderá ser realizado: quando se tratar de pessoas jurídicas, por qualquer um de seus sócios administradores, procuradores ou contabilistas investidos de poderes de mandato para este fim; e, quando se tratar de pessoas naturais, pelo próprio interessado ou procurador.
- III. O credenciamento no Decort-BH dispensa a administração tributária do Município da utilização das demais formas de comunicação, intimação ou notificação previstas na legislação municipal.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

39. Com relação às isenções do IPTU, assinale a alternativa correta.

- (A) Fica isento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU - em relação ao imóvel de sua propriedade, usado para sua própria moradia, o ex-combatente que participou efetivamente de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial, como integrante da Força Expedicionária Brasileira, das Marinhas de Guerra e Mercante, da Força Aérea Brasileira e da Força de Exército. Os efeitos deste artigo não se aplicam aos cônjuges de ex-combatentes mortos ou aos seus filhos.
- (B) Ficam isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU - e da Contribuição de Melhoria apenas os imóveis inseridos em área classificada como Zona de Especial Interesse Social - ZEIS - ocupados por população de baixa renda.
- (C) Ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU -, desde a data da efetiva imissão provisória na posse, seja ela judicial ou administrativa, os imóveis declarados de necessidade ou utilidade pública ou de interesse social, para fins de desapropriação, pelo Município de Belo Horizonte, Estado ou União.
- (D) Fica isento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU - o imóvel tombado pelo Município por meio de deliberação de seus órgãos de proteção do patrimônio histórico, cultural e artístico, em qualquer estado de conservação.
- (E) Fica isento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU - e da Taxa de Fiscalização de Aparelhos de Transporte - TFAT - o imóvel edificado pertencente a Estado estrangeiro, independentemente de sua utilização.

40. A Lei Municipal nº 7.638/1999 criou o Programa de Incentivo à Instalação e Ampliação de Empresas (PROEMP), o Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte (FUMDEBH) e o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico (CODECOM). Sobre o assunto, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) O FUMDEBH tem autonomia administrativa, financeira, orçamentária e patrimonial, sendo gerido pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE).
- (B) Compete ao CODECOM estabelecer em resoluções específicas os critérios para enquadramento de projetos no PROEMP, a forma de fiscalização dos projetos incentivados pelo PROEMP, as condições de incentivo do PROEMP e as condições gerais de operacionalização do FUMDEBH.
- (C) A lei autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com instituições públicas e privadas, visando à implantação de programas de desenvolvimento econômico do Município.
- (D) O CODECOM tem por objetivo fornecer suporte financeiro ao PROEMP e a outros programas da mesma natureza instituídos pelo Poder Público Municipal.
- (E) O PROEMP tem por objetivo fomentar a instalação de novas unidades empresariais no Município e a ampliação das já existentes.

41. Ainda no que se refere ao disposto na Lei municipal nº 7638/1999, analise as assertivas abaixo considerando V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a correta sequência.

- () O FUMDEBH tem por objetivo fornecer suporte financeiro exclusivamente ao PROEMP.
 - () Poderá postular incentivo junto ao PROEMP a empresa cujo projeto de investimento contemple somente a implantação de nova unidade empresarial no Município para o desenvolvimento de produto ou serviço de base tecnológica, ou de alto valor agregado ou, ainda, de relevante interesse para o Município.
 - () O Executivo fica autorizado a celebrar convênios exclusivamente com instituições públicas, visando à implantação de programas de desenvolvimento econômico do Município.
- (A) F / F / F
(B) V / V / F
(C) V / F / V
(D) F / V / F
(E) F / F / V

42. De acordo com a Lei Municipal nº 7638/1999 o FUMDEBH será constituído pelos seguintes recursos, **EXCETO**:

- (A) recursos orçamentários do Município, não inferiores aos valores devidos do ISSQN referente ao período de incentivo, quando se tratar de projetos apoiados e incentivados pelo PROEMP; ao valor do ISSQN do período compreendido entre a data do incentivo e o prazo-limite de 8 (oito) anos.
- (B) recursos financiados e transferências negociadas não onerosas junto a organismos nacionais e internacionais de apoio e fomento.
- (C) retornos de operações realizadas com recursos do FUMDEBH, repassados por instituições operadoras do financiamento ao PROEMP.
- (D) resultados das aplicações financeiras das disponibilidades de caixa do FUMDEBH.
- (E) recursos provenientes de outros Fundos de qualquer natureza, desde que exclusivamente governamentais.

43. O Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis por Ato Oneroso "Inter Vivos" (ITBI) é regulamentado pela Lei Municipal nº 5.492/1988 de Belo Horizonte. Sobre o ITBI, analise as proposições abaixo.

- I. O contribuinte do ITBI é o adquirente ou cessionário do bem ou direito. Na permuta, é cada um dos permutantes.
- II. As aquisições de imóveis vinculados a programas habitacionais de caráter popular, destinados à moradia de famílias de baixa renda, que tenham a participação ou assistência de entidades ou órgãos criados pelo Poder Público terão o valor da alíquota reduzida pela metade.
- III. O fato gerador ocorre com a tradição da propriedade do bem imóvel.

Está correto o que se afirma em

- (A) II, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

44. Ainda segundo a Lei nº 5.492/1988, acerca do ITBI do Município de Belo Horizonte é correto afirmar que

- (A) o imposto incide sobre a transmissão de bens e direitos, quando decorrente da transmissão de bem imóvel, quando este voltar ao domínio do antigo proprietário por força de retrovenda, retrocessão ou pacto de melhor comprador.
- (B) a base de cálculo do imposto é o valor dos bens ou direitos transmitidos ou cedidos, no momento da transmissão ou cessão. Na avaliação, não serão consideradas as características da construção.
- (C) a base de cálculo será, na transmissão do domínio direto, 1/3 (um terço) do valor venal do imóvel.
- (D) nas transações em que figurarem como adquirentes, ou cessionários, pessoas imunes ou isentas, ou em casos de não incidência, a comprovação do pagamento do imposto será substituída por declaração, expedida pela autoridade fiscal, como dispuser o regulamento.
- (E) a pessoa física ou jurídica que não cumprir as obrigações acessórias previstas nesta Lei sujeitar-se-á à multa no valor de 2 (duas) UFPH por embarçar ou impedir a ação do fisco.

45. A alíquota do ITBI no Município de Belo Horizonte é de

- (A) 3% (três por cento).
- (B) 2,5% (dois e meio por cento).
- (C) 3,5% (três e meio por cento).
- (D) 4% (quatro por cento).
- (E) 2% (dois por cento).

46. No tocante ao Conselho Administrativo de Recursos Tributários do Município de Belo Horizonte – CART-BH, analise as assertivas abaixo considerando V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a correta sequência.

- () A Junta de Julgamento Fiscal e a Junta de Recursos Fiscais, passaram a denominar-se Junta de Julgamento Tributário e Conselho de Recursos Tributários, compondo o Conselho Administrativo de Recursos Tributários do Município – CART –, órgão integrante da estrutura da Secretaria Municipal Adjunta de Arrecadação da Secretaria Municipal de Finanças, ao qual compete decidir, em primeira e segunda instâncias administrativas, os contenciosos decorrentes de relação jurídica estabelecida entre o Município de Belo Horizonte e o sujeito passivo de obrigação tributária, concernentes aos créditos tributários, bem como aos atos administrativos referentes à matéria tributária, conforme o respectivo regulamento.
 - () A Junta de Julgamento Tributário será composta por servidores pertencentes às classes de Auditor Fiscal e Auditor Técnico de Tributos Municipais, com no mínimo cinco anos de exercício no cargo, designados pelo Secretário Municipal de Fazenda.
 - () A Câmara Especial de Recursos será composta paritariamente por 04 (quatro) membros, sendo 02 (dois) representantes da Fazenda Pública Municipal e 02 (dois) representantes dos sujeitos passivos, e será presidida pelo Presidente do CARTBH.
- (A) F / F / V
 - (B) V / F / F
 - (C) V / F / V
 - (D) F / V / F
 - (E) V / V / F

47. O Decreto Municipal nº 16.197/2016 regulamenta o Conselho Administrativo de Recursos Tributários do Município (CART-BH). Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) A Presidência do CART-BH poderá ser exercida por, no máximo, três mandatos consecutivos, tendo estes início e fim juntamente com o mandato dos Conselheiros do Conselho de Recursos Tributários.
- (B) A Presidência do CART-BH será ocupada por servidor indicado pelo Secretário Municipal de Fazenda e nomeado pela Assembleia Legislativa.
- (C) A Vice-Presidência do CART-BH terá mandato de cinco anos.
- (D) Compete ao CART-BH o julgamento de impugnação de resposta exarada pelo órgão competente em face de consulta formal sobre a interpretação e aplicação da legislação tributária municipal, assim como a declaração de inconstitucionalidade e a negativa de aplicação de lei, decreto e portaria.
- (E) A Secretaria Executiva do CART-BH será ocupada por servidor público indicado e nomeado pela Assembleia Legislativa dentre o quadro dos servidores das carreiras da Administração Tributária.

48. O Decreto Municipal nº 17.037/2018 apresenta dispositivos referentes à reclamação contra o lançamento do IPTU. Sobre este tema, assinale a alternativa correta.

- (A) O prazo para a apresentação de reclamação contra o lançamento do IPTU e das taxas e contribuição que com ele são lançadas e cobradas será de trinta dias contados do primeiro dia útil do mês de fevereiro do exercício ao qual se refere o lançamento.
- (B) A reclamação contra o lançamento do IPTU deverá ser apresentada apenas pelo titular do imóvel constante do Cadastro Imobiliário.
- (C) No ato da reclamação administrativa, deverá ser apresentada a guia do IPTU ou a indicação precisa do índice cadastral e, a critério do fisco, a documentação pertinente à matéria discutida.
- (D) Os documentos exigidos para a instrução das reclamações previstas neste decreto deverão ser apresentados, exclusivamente, no original.
- (E) Caso a administração tributária não acolha integralmente os argumentos apresentados e mantenha, mesmo que parcialmente, os lançamentos impugnados, o contribuinte deverá ser notificado da decisão e, em caso de discordância, poderá ratificar a reclamação administrativa, no prazo de 45 dias contados da data desta notificação, como condição para o seu seguimento junto ao Conselho Administrativo de Recursos Tributários - Cart-BH, na forma prevista no Decreto nº 16.197, de 8 de janeiro de 2016, oportunidade em que poderá apresentar outros elementos e provas que julgar cabíveis.

49. O Decreto nº 17.174/2019 trata do Regulamento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) no Município de Belo Horizonte. Acerca das disposições sobre o ISSQN, assinale a alternativa correta.

- (A) No caso dos locais onde forem exercidas atividades de prestação de serviços de diversão pública de natureza itinerante, não haverá caracterização de estabelecimento de prestador de serviço.
- (B) Configura unidade econômica ou profissional o local onde ocorre deslocamento de recursos humanos e materiais para prestação de serviço e o local onde o prestador se instala precária e eventualmente para a prestação de serviço exclusiva a um único e determinado tomador.
- (C) Não descaracteriza o estabelecimento prestador de serviços o serviço que, por sua natureza, seja executado habitual, eventual, parcial ou integralmente fora do estabelecimento.
- (D) A apuração do ISSQN devido deverá ser efetuada no dia da venda do serviço pelo prestador.
- (E) O ISSQN-Autônomo será apurado e lançado semestralmente pela unidade gestora do tributo em conformidade com os valores estabelecidos em lei e com base nos dados do prestador de serviços constantes do Cadastro Municipal de Contribuintes de Tributos Mobiliários.

50. Conforme a Lei nº 8725/2003, são obrigadas a se inscreverem no Cadastro de Contribuintes de Tributos Mobiliários - CMC -, nos termos do regulamento, as pessoas naturais ou jurídicas sujeitas às obrigações tributárias, principais e acessórias, instituídas no Município, mesmo que gozem de isenção ou imunidade. Tal obrigação **NÃO** é extensiva

- (A) aos consórcios de empregadores.
- (B) aos consulados, missões e delegações diplomáticas permanentes.
- (C) ao profissional autônomo isento do ISSQN.
- (D) ao condomínio edilício residencial ou comercial.
- (E) às representações permanentes de organizações internacionais.

51. A base de cálculo do ISSQN poderá ser arbitrada pela autoridade fiscal competente quando

- (A) o valor efetivo do preço do serviço puder ser conhecido.
- (B) o registro fiscal ou contábil, bem como a declaração ou o documento fiscal exibido pelo sujeito passivo ou pelo terceiro obrigado, for suficiente ou merecer fé.
- (C) o contribuinte ou o responsável pelo serviço exibir à fiscalização o elemento necessário à comprovação do valor do serviço prestado.
- (D) não for constatada a existência de fraude ou sonegação, pelo exame de livro, documento fiscal ou comercial exibido pelo contribuinte, ou por qualquer outro meio direto ou indireto de verificação.
- (E) a documentação fiscal não for reconstituída, no prazo regulamentar, em caso de perda, extravio ou inutilização de documento fiscal.

52. A Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento, fundada no poder de polícia do Município, concernente ao ordenamento das atividades urbanas e à proteção do meio ambiente, tem como fato gerador a fiscalização por ele exercida sobre a localização de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços, bem como sobre o seu funcionamento em observância à legislação do uso e ocupação do solo urbano e às posturas municipais relativas à segurança, à ordem e à tranquilidade públicas e ao meio ambiente. A respeito desta taxa, assinale a alternativa **INCORRETA**.

- (A) Contribuinte da Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento é a pessoa física ou jurídica titular dos estabelecimentos, nos termos da lei.
- (B) A Taxa de Fiscalização de Localização e Funcionamento será calculada de conformidade com a Tabela anexa a Lei, na forma e prazos regulamentares.
- (C) São isentos do seu pagamento as entidades ou instituições imunes e os profissionais autônomos.
- (D) A Taxa será devida por estabelecimento.
- (E) Será exigida anual e integralmente, podendo ser fracionada em função da data de abertura do estabelecimento, transferência de local ou qualquer alteração contratual ou estatutária.

53. O Código Tributário do Município de Belo Horizonte (Lei nº 1.310/1966) trata do lançamento tributário. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato de lançamento é discricionário, mas haverá responsabilidade funcional nas hipóteses previstas no Código Tributário Municipal.
- (B) O lançamento reporta-se à data em que haja surgido a obrigação principal e rege-se pela lei então vigente, salvo ser for posteriormente modificada ou revogada.
- (C) No caso de omissão ou erro no lançamento haverá isenção do cumprimento da obrigação fiscal pelo contribuinte.
- (D) O lançamento é o ato privativo da autoridade administrativa destinado a tornar exigível o crédito tributário mediante verificação da ocorrência da obrigação tributária correspondente, a determinação da matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido, a identificação do contribuinte, e, sendo o caso, a aplicação de penalidade cabível.
- (E) Tendo em vista que não é possível a aplicação de lei posterior ao fato gerador, não se aplica ao lançamento a legislação que, posteriormente ao nascimento da obrigação instituindo novos critérios de apuração da base de cálculo, haja estabelecido novos métodos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas ou outorgando maiores garantias e privilégios à Fazenda Municipal.

54. Acerca da apreensão de bens e documento, conforme o Código Tributário Municipal de Belo Horizonte, analise as assertivas abaixo considerando V para verdadeiro e F para falso e, em seguida, assinale a alternativa que apresenta a correta seqüência.

- () Poderão ser apreendidas as coisas móveis, inclusive mercadorias e documentos, que constituam prova material de infração da legislação tributária.
- () Havendo prova, ou fundada suspeita, de que as coisas se encontram em residência particular ou lugar utilizado como moradia, serão promovidas a busca e apreensão judiciais, sem prejuízo das medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.
- () O auto de apreensão conterá a descrição das coisas ou documentos apreendidos, a indicação do lugar onde ficarem depositados e a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do autuante.
- () As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidos, até decisão final, os espécimes necessários à prova.
- () Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a hasta pública.

- (A) V / V / V / V / F
- (B) F / V / F / V / F
- (C) V / F / V / F / V
- (D) V / F / V / V / V
- (E) F / V / F / V / V

55. Com relação às multas tributárias e segundo os dispositivos da Lei municipal nº 7.379/1997, preencha as lacunas do preceito abaixo e a seguir assinale a alternativa que apresenta a seqüência correta.

Art. 8º. "Pelo descumprimento dos prazos para recolhimento de tributos previstos na legislação municipal, será aplicada multa moratória de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do tributo, reduzida para os seguintes percentuais:

- I. _____, se quitado em até dez dias contados da data de seu vencimento.
- II. _____, se quitado no prazo de onze até trinta dias contados da data do seu vencimento.
- III. _____, se quitado após trinta dias contados da data do seu vencimento.

- (A) 1%; 3%; 5%
- (B) 2%; 4%; 6%
- (C) 1%; 2,5%; 5%
- (D) 1,5%; 3%; 6%
- (E) 3%; 2,5%; 4%

AUDITORIA / CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

56. Segundo a norma NPA 04 – IBRACON, caso o auditor tome conhecimento de que as demonstrações contábeis estejam significativamente afetadas por não atendimento aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, a conduta a ser adotada deve ser mencionar tal fato, inclusive seus efeitos,

- (A) em parágrafos adicionais imediatamente anteriores ao parágrafo da conclusão.
- (B) ao Conselho Federal de Contabilidade para que medidas sejam tomadas em relação ao contador que elaborou as demonstrações.
- (C) diretamente aos sócios e proprietários da empresa, bem como ao fisco federal para apurar fraudes e sonegações.
- (D) no início do relatório imediatamente após as sugestões de medidas a serem tomadas pela empresa.
- (E) ao comitê de ética do Conselho Regional de Contabilidade e da IBRACON para que sejam analisadas as sanções cabíveis ao contador que elaborou as demonstrações.

57. Alguns dos procedimentos normalmente aplicados, inclusive na revisão de demonstrações contábeis de controladas e coligadas relevantes, segundo a norma NPA 04 – IBRACON, são:

- I. efetuar levantamento sobre qualquer alteração significativa no sistema de controles internos que possa ter efeito na elaboração das demonstrações contábeis.
- II. ler as atas de assembleias de acionistas, do conselho de administração e reuniões de diretoria, para tomar conhecimento das decisões que possam afetar significativamente as demonstrações contábeis sobre revisão.
- III. obter relatórios de outros auditores independentes responsáveis pela revisão limitada das demonstrações contábeis de controladas e coligadas relevantes.

Está correto o contido em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I, apenas.
- (E) I, II e III.

58. De acordo com a norma NPA 04 – IBRACON, caso o auditor não tenha examinado as demonstrações contábeis do ano anterior, os procedimentos de auditoria adicionais a serem considerados na revisão limitada, podem ser:

- (A) verificar se são, periodicamente, elaboradas as conciliações bancárias, porém sem atentar-se a regularizações de pendências antigas.
- (B) verificar se são registradas provisões para devedores duvidosos em contas a pagar de forma correta.
- (C) em conta estoque, atentar-se para o registro contábil dos ajustes de inventário, sem considerar aspectos de segregações de funções.
- (D) quanto aos investimentos, analisar se os registros das receitas decorrentes destes são adequados.
- (E) em conta de ativo imobilizado, verificar se as correções monetárias estão sendo efetuadas corretamente, mas não considerar análise da existência de controles de itens obsoletos ou sem utilização.

Análise as questões 59 a 64 sob a luz da Norma Brasileira de Contabilidade – NBC TI.

59. “Os papéis de trabalho constituem documentos e registros dos fatos, informações e provas, obtidos no curso da auditoria, a fim de evidenciar os exames realizados e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações”. A partir disso, é correto afirmar que os papéis de trabalho devem

- (A) ter abrangência e grau de detalhe suficientes para propiciarem a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e da extensão dos procedimentos de Auditoria Interna aplicados, bem como do julgamento exercido e do suporte das conclusões alcançadas.
- (B) ter abrangência sucinta, pois, apesar da necessidade de certo grau de detalhe suficiente para propiciarem a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e da extensão dos procedimentos de Auditoria Interna aplicados, devem ser de rápido entendimento e compreensão.
- (C) ter abrangência e grau de detalhe suficientes para propiciarem a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e da extensão dos procedimentos de Auditoria Interna aplicados, bem como do julgamento exercido e do suporte aos contadores, por parte do auditor, da melhor forma a elaborar as demonstrações contábeis.
- (D) ter abrangência e grau de detalhe suficientes para propiciarem aos contadores uma prova de não repúdio quanto à forma de elaboração das demonstrações contábeis e relatórios gerenciais.
- (E) apresentar a abrangência ou compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e da extensão dos procedimentos de Auditoria Interna aplicados, bem como do julgamento exercido e do suporte das conclusões alcançadas, com a finalidade de não expor a estratégia de auditoria adotada.

60. “Ao determinar a extensão de um teste de auditoria ou um método de seleção de itens a serem testados, podem ser empregadas técnicas de amostragem.”. A partir do exposto, é correto afirmar que ao usar método de amostragem,

- (A) que sempre deve ser estatística, deve ser projetada e selecionada uma amostra que possa proporcionar evidência de auditoria suficiente e apropriada.
- (B) que nunca deve ser estatística, deve ser projetada e selecionada uma amostra que possa proporcionar evidência de auditoria suficiente e apropriada.
- (C) estatística ou não, deve sempre ser projetada e selecionada uma amostra que possa proporcionar evidência de auditoria de 10% das operações analisadas.
- (D) estatística ou não, deve ser projetada e selecionada uma amostra que possa proporcionar evidência de auditoria suficiente e apropriada.
- (E) estatística ou não, deve sempre ser projetada e selecionada uma amostra que possa proporcionar evidência de auditoria de 20% das operações analisadas.

61. Acerca do planejamento, assinale a alternativa correta.

- (A) Não precisa ser documentado para que não haja vazamento das informações analisadas, mas os programas de trabalho devem ser formalmente preparados, detalhando-se o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade, extensão, equipe técnica e uso de especialistas.
- (B) Não precisa ser documentado para que não haja vazamento da estratégia adotada na auditoria e, com isso, os programas de trabalho não precisam ser formalmente preparados, detalhando-se apenas o que for necessário para provar os erros cometidos na elaboração das demonstrações contábeis e apontar seus responsáveis.
- (C) Deve ser documentado e os programas de trabalho formalmente preparados, sem a necessidade de detalhamento quanto à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade, extensão, equipe técnica e uso de especialistas.
- (D) Deve ser documentado e os programas de trabalho formalmente preparados, detalhando-se apenas o que for necessário para provar os erros cometidos na elaboração das demonstrações contábeis e apontar seus responsáveis.
- (E) Deve ser documentado e os programas de trabalho formalmente preparados, detalhando-se o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade, extensão, equipe técnica e uso de especialistas.

62. Analise as assertivas abaixo e assinale a alternativa que apresenta a definição correta na ordem apresentada.

- I. Visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da entidade.
 - II. Aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.
 - III. Visa(m) à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e administradores da entidade.
 - IV. Aplica-se a ato não-intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da entidade, tanto em termos físicos quanto monetários.
- (A) Testes substantivos / Contravenção / Amostragem / Crime.
 - (B) Testes de observância / Crime / Amostragem / Contravenção.
 - (C) Testes de hipótese / Fraude / Amostragem / Crime
 - (D) Testes substantivos / Erro / Testes de observância / Fraude.
 - (E) Testes criptográficos de sistemas / Erro / Mapeamento de processos / Fraude.

| | |
|--|--|
| <p>63. A Auditoria Interna deve</p> <p>(A) assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho.</p> <p>(B) assessorar a equipe de governança corporativa no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la o mais rápido possível, pelo meio de comunicação que estiver à disposição, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho, indicando os culpados e recomendando as sanções cabíveis.</p> <p>(C) assessorar a equipe de governança corporativa no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho.</p> <p>(D) assessorar a administração da entidade no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la o mais rápido possível, pelo meio de comunicação que estiver à disposição, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho, indicando os culpados e recomendando as sanções cabíveis.</p> <p>(E) assessorar a equipe de governança corporativa no trabalho de prevenção de fraudes, erros, crimes financeiros e má conduta, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho.</p> | <p>66. Segundo a NBC TA 520, avaliações de informações contábeis por meio de análise das relações plausíveis entre dados financeiros e não financeiros são definidos como</p> <p>(A) procedimento analítico. (B) estatística contábil. (C) amostragem. (D) teste analítico. (E) avaliação quantitativa contábil.</p> |
| <p>64. Alguns dos fatores relevantes na execução dos trabalhos a serem considerados no planejamento são:</p> <p>I. o conhecimento sucinto da política e dos instrumentos de gestão de riscos da entidade.</p> <p>II. o conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos e seu grau de confiabilidade da entidade.</p> <p>III. as orientações e as expectativas externadas pela administração aos auditores externos.</p> <p>Está correto o contido em</p> <p>(A) I e III, apenas. (B) II e III, apenas. (C) II, apenas. (D) I, apenas. (E) I, II e III.</p> | <p>67. A análise dos riscos da Auditoria Interna deve ser feita na fase de</p> <p>(A) Planejamento dos Trabalhos. (B) Execução dos Trabalhos. (C) Emissão do Relatório de Auditoria. (D) Emissão das Demonstrações Contábeis. (E) Supervisão dos Trabalhos.</p> |
| <p>65. O auditor, ao examinar o livro razão de uma grande farmácia de manipulação, seleciona a conta “clientes” para uma avaliação, por amostragem, da integridade de seus saldos. O auditor decide, com base em sua experiência profissional, identificar a unidade de amostragem como unidades monetárias individuais que compõem a população a ser examinada. Então, seleciona unidades específicas da população, direcionando seus trabalhos aos lançamentos contábeis relacionados aos itens de valor maior. Essa metodologia de seleção da amostra é denominada</p> <p>(A) seleção aleatória. (B) seleção sistemática. (C) amostragem de unidade monetária. (D) seleção ao acaso. (E) seleção de bloco.</p> | <p>68. A evidência de auditoria obtida pelo auditor como resposta de terceiro, em forma escrita, eletrônica ou em outra mídia, consiste no procedimento</p> <p>(A) de indagação. (B) de observação. (C) analítico. (D) de confirmação externa. (E) de reexecução.</p> <p>69. Se, como resultado de uma distorção decorrente de fraude ou suspeita de fraude, o auditor encontrar circunstâncias excepcionais que coloquem em dúvida sua capacidade de continuar a realizar a auditoria, este deve:</p> <p>() reconhecer sua responsabilidade pelo desenho, implementação e manutenção do controle interno de prevenção e detecção de fraude. () determinar as responsabilidades profissionais e legais aplicáveis à situação, inclusive se é necessário ou não o auditor informar à pessoa ou pessoas que aprovaram a contratação da auditoria ou, em alguns casos, às autoridades reguladoras. () considerar se seria apropriado o auditor retirar-se do trabalho, quando essa saída for possível conforme a lei ou regulamentação aplicável. () comunicar, salvo se proibido por lei ou regulamento, aos responsáveis pela governança quaisquer outros assuntos relacionados a erros que, no seu julgamento, são relevantes para suas responsabilidades. () discutir, caso o auditor se retire, com pessoa no nível apropriado da administração e com os responsáveis pela governança a saída do auditor do trabalho e as razões para a interrupção.</p> <p>Considerando V para verdadeiro e F para falso, assinale a alternativa que apresenta a sequência correta.</p> <p>(A) V / V / F / F / F (B) F / V / V / F / F (C) F / V / V / V / V (D) V / F / V / V / F (E) F / V / V / F / V</p> |

70. A empresa Sonho Meu Imóveis e Outras Atividades LTDA, constituída no ano de 2018, possui em seu objeto social as atividades de venda e locação de imóveis, além dos serviços de engenharia, hospedagem e intermediação de contratos. No momento de sua constituição, integralizou ao seu capital social 15 (quinze) imóveis de propriedade, até então dos 5 (cinco) sócios da empresa, além da subscrição de valores em dinheiro. Ato contínuo, a empresa obteve, do Fisco municipal, o benefício da imunidade tributária com relação ao Imposto Sobre Transmissão Onerosa de Bens Imóveis – ITBI, condicionado ao cumprimento dos requisitos previstos no artigo 37, §§ 1º ao 3º, do Código Tributário Nacional. No ano de 2020, o auditor externo contratado pela empresa detectou que em 2019 o resultado do exercício da empresa evidenciou uma receita operacional na ordem de 48% com a locação de imóveis próprios (relacionados aos 15 imóveis integralizados ao capital social da empresa em 2018), e 52% advindos das demais atividades não relacionadas a vendas ou locação de imóveis. Porém, percebeu que para 2 (dois) imóveis, dos 15 (quinze) de propriedade da empresa, havia aditivos contratuais celebrados que não foram contabilizados, e que, juntos, elevariam a receita operacional com vendas/locação ao patamar de 51%, frente ao montante de 49% para as demais atividades. Nesta situação, deverá o auditor externo:

- (A) emitir relatório com opinião adversa, tendo em vista a existência de distorções relevantes e generalizadas nas demonstrações contábeis da empresa.
- (B) emitir relatório com opinião sem ressalva, tendo em vista que o erro na contabilização dos valores contidos nos aditivos contratuais não ocasiona distorções relevantes e generalizadas nas demonstrações contábeis da empresa.
- (C) abster-se de emitir opinião, por não conseguir obter evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentá-la.
- (D) emitir relatório com opinião com ressalva, incluindo um parágrafo de outros assuntos em seu relatório, tendo em vista a possibilidade de cobrança do ITBI pela municipalidade, diante da preponderância de sua receita operacional com vendas e locação de imóveis.
- (E) emitir parecer com ressalva, incluindo um parágrafo de ênfase em seu relatório, tendo em vista a possibilidade de cobrança do ITBI pela municipalidade, diante da preponderância de sua receita operacional com vendas e locação de imóveis.

71. Considere, hipoteticamente, que a empresa Jota Sensores Eletrônicos Ltda., fabricante de sensores de aproximação como equipamento de segurança, recebeu um pedido de venda em 19/05/2019, emitiu a nota fiscal e providenciou a entrega da mercadoria em 11/06/2019, entregou a duplicata em 11/07/2019, e o recebimento da venda ocorreu em 03/08/2019.

A receita da referida venda deverá ser reconhecida em:

- (A) maio de 2019, e também todos os gastos relacionados com a receita.
- (B) julho de 2019, e os gastos relacionados com a receita em junho de 2019.
- (C) agosto de 2019, e também os gastos relacionados com a receita.
- (D) junho de 2019, e os gastos relacionados com a receita em agosto de 2019.
- (E) junho de 2019, na entrega do bem.

72. TEM DE TUDO LTDA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/19XI

| ATIVO | PASSIVO |
|--|----------------------------------|
| Caixa 1.000 | Contas a pagar 900 |
| Bancos-Cta. Movimento 8.500 | Fornecedores a pagar 16.000 |
| Aplicações Financeiras de Curto Prazo 10.500 | Financiamentos a pagar 21.000 |
| Duplicatas a receber 6.500 | Capital Social 34.000 |
| Mercadorias em estoque 12.000 | Resultados Acumulados 8.600 |
| Veículos (Vr. Aquisição) 10.000 (-) Depreciação Acumulada (1.000) | |
| Veículos (Líquido de Depreciação) 9.000 | |
| Imóveis (Vr. Aquisição) 30.000 | |
| (-) Depreciação Acumulada (2.000) | |
| Imóveis (Líquido de Depreciação) 28.000 | |
| Investimentos de Longo Prazo 5.000 | |
| TOTAL 80.500 | TOTAL 80.500 |

Valores expressos em Reais (R\$).

Utilizando como exemplo o balanço patrimonial acima, assinale a alternativa que apresenta o índice que representa a liquidez geral na terminologia contábil.

- (A) 0,2374.
- (B) 1,0158.
- (C) 0,6992.
- (D) 8,0638.
- (E) 2,1240.

73. O sócio da empresa Pega Leve Ltda., Sr. Eusébio, em comemoração ao aniversário de casamento, ofertou à sua esposa uma viagem de cruzeiro marítimo. Para tanto, efetuou o pagamento da despesa à vista com cheque da sua empresa, entendendo que, por ser sua a empresa, poderia perfeitamente pagar suas despesas de cunho pessoal. Assinale a alternativa que apresenta o princípio contábil transgredido pelo Sr. Eusébio.

- (A) Da Prudência.
- (B) Da Entidade.
- (C) Da Competência.
- (D) Da Oportunidade.
- (E) Da Continuidade.

74. Considere, hipoteticamente, que a empresa Questão Ltda., num evento comercial, adquiriu uma ferramenta pelo valor de R\$ 80.000,00, efetuou o pagamento de 50% da compra em moeda corrente, obtendo um desconto de 5%. Para tanto, aceitou um título de crédito emitido pelo credor em função da dívida dos outros 50%. É correto afirmar que o Ativo da empresa Questão Ltda.:

- (A) diminuiu em R\$ 42.000,00.
- (B) aumentou em R\$ 42.000,00.
- (C) aumentou em R\$ 38.000,00.
- (D) diminuiu em R\$ 38.000,00.
- (E) aumentou em R\$ 80.000,00.

75. Considere, hipoteticamente, que a Assistência Técnica Faztudo Ltda., que atua como prestadora de serviço de manutenção elétrica, apresentava em 31/07/X9 a seguinte situação em patrimonial:

| ASSISTÊNCIA TÉCNICA FAZTUDO LTDA. BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/07/X9 | |
|--|------------------------------|
| ATIVO | PASSIVO |
| Ativo Circulante 67.000 | Passivo Circulante 19.000 |
| Depósitos Bancários 9.000 | Contas a pagar 19.000 |
| Estoque de peças 58.000 | Patrimônio Líquido 48.000 |
| | Capital Social 48.000 |
| TOTAL 67.000 | TOTAL 67.000 |

Valores expressos em Reais (R\$).

Em 02/08/X9, a empresa Assistência Técnica Faztudo Ltda. contraiu um empréstimo no valor de R\$ 25.000, para ser pago em até 35 (trinta e cinco) dias, a uma taxa de juros estipulada na contratação de 3% ao mês.

Ao analisar o evento acima, concluímos que

- (A) a contratação de um empréstimo gera para a empresa a entrada de um ativo, não se caracterizando como receita, haja vista gerar um passivo para a empresa, pois há a obrigação de pagar o empréstimo no futuro.
- (B) a dívida relativa aos juros decorrentes do empréstimo é registrada neste momento, haja vista os juros representarem o custo do dinheiro no tempo.
- (C) por não se tratar de receita, ocorre uma diminuição no ativo e simultaneamente uma diminuição no passivo.
- (D) em função do evento, só sofreram alteração as contas: Patrimônio Líquido, Depósitos bancários, Contas a pagar e Empréstimos bancários.
- (E) caso a empresa nesse mesmo dia (02/08/X9) desistisse da obtenção do empréstimo, ainda assim o banco cobraria os juros relativos aos 35 (trinta e cinco) dias, uma vez que a desistência é uma liberalidade do contratante do empréstimo.

76. Considere o seguinte caso hipotético:

A empresa Tech S.A. prestou serviços tecnológicos com recebimento à vista e, ao efetuar os lançamentos, considerou que tais lançamentos resultaram em variação tanto patrimonial quanto em contas de resultado.

Diante de tais informações, podemos dizer que a empresa

- (A) está correta, pois houve reconhecimento de receita, entrada de caixa e custo de serviços prestados.
- (B) está correta, pois houve reconhecimento de receita e custo de serviços prestados sem a necessidade de reconhecimento de conta no ativo.
- (C) está errada, pois o custo deve ser lançado em conta do passivo sob pena de não atendimento ao princípio do custo corrente.
- (D) está errada, pois o custo deve ser lançado em conta do passivo sob pena de não atendimento ao princípio do custo de capital.
- (E) está errada, pois, ainda que o recebimento deva ser lançado em conta do ativo, o recebimento à vista deve ser lançado na conta tesouraria.

- Considere as informações hipotéticas abaixo para as questões 77 a 79.

A empresa TransUb, ao elaborar sua Demonstração dos Resultados do Exercício, identificou os seguintes fatos:

- Receita Líquida de R\$ 1.500.000,00;
- Custo dos serviços de R\$ 800.000,00;
- Compra de ativos imobilizados de R\$ 200.000,00;
- Pagamento a fornecedores e respectiva contrapartida no passivo de R\$ 150.000,00;
- Despesas administrativas de R\$ 300.000,00;
- Receita Financeira de R\$ 80.000,00;
- Reconhecimento de fornecedores a pagar R\$ 50.000,00.

77. O valor de Resultado Operacional Bruto é:

- (A) R\$ 400.000,00.
- (B) R\$ 500.000,00.
- (C) R\$ 700.000,00.
- (D) R\$ 780.000,00.
- (E) R\$ 880.000,00.

78. O valor de Resultado Operacional é:

- (A) R\$ 350.000,00.
- (B) R\$ 450.000,00.
- (C) R\$ 500.000,00.
- (D) R\$ 550.000,00.
- (E) R\$ 850.000,00.

79. O valor do resultado antes dos tributos é:

- (A) R\$ 270.000,00.
- (B) R\$ 380.000,00.
- (C) R\$ 430.000,00.
- (D) R\$ 480.000,00.
- (E) R\$ 630.000,00.

80. A empresa Auditores Internacionais prestou serviços para empresas sediadas em outros países. Ao elaborar sua Demonstração de Fluxo de Caixa a empresa deverá, segundo o pronunciamento técnico CPC 03:

- (A) considerar a data da ocorrência do fato gerador como momento a efetuar a conversão da moeda estrangeira, obedecendo assim ao princípio das partidas dobradas.
- (B) elaborar apenas notas explicativas contendo as informações dos recebimentos em moeda estrangeira, considerando a taxa de câmbio da data do fato gerador, obedecendo assim ao princípio do regime de competência.
- (C) emitir parecer de auditoria informando os serviços prestados, sob pena de incorrer em crime de omissão de informação relevante.
- (D) considerar a data da ocorrência do fluxo de caixa como momento a efetuar a conversão da moeda estrangeira.
- (E) elaborar apenas notas explicativas contendo as informações dos recebimentos em moeda estrangeira, considerando a taxa de câmbio da data do fluxo de caixa, obedecendo, assim, ao princípio do regime de competência.